



ATA DA REUNIÃO

1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

I – PERÍODO: 13 de abril de 2005

II – LOCAL: IBAMA - sede, Brasília-DF. (Completa)

III – PROMOÇÃO: DIFAP/IBAMA, coordenada pela CGREP/DIFAP, com a participação da DIPRO/IBAMA, Gerências Executivas do IBAMA dos Estados do Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, representante da SEAP-PR e do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores - CNP, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e AMAPÁ - SINPPA e Instituto TERRAMAR.

IV - PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincoln	CNP	(84) 211-8124	
Augusto José Nogueira	FAEP/BR/Observador	(81) 8825-5653	augustopesca@ig.com.br
Clemeson Jose Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1202	clemeson.silva@ibama.gov.br
Daniel H. G. S. de L. B. Cabral	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	daniel.cabral@ibama.gov.br
Dedê Teixeira	SEAP/PR	(61) 218-2872	dedeteixeira@agricultura.gov.br
Edna Cesette	MDIC/SECEX/DECEX	(61) 2109-7160	edna.cesette@desenvolvimento.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	sinppa@ig.com.br
Elisa Marial Bezerra	CONEPE/Indústria	(61) 328-8147 / (85)3455-1818	elisa@inace.com.br
Eloy de Sousa Araújo	CONEPE/Armadores	(61) 328-8147 / (85)3264-1778	yolearaujo@hotmail.com.br
Francisco de Paula Baptista Neto	CONEPE/Pará Alimentos	(91) 9986-8687	para@amazon.com.br
Francisco Machado Filho	DICAP/SEAP	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Ivanilson Maia	SEAP/PR/RN	(84) 221-1741	ivanilson@agricultura.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
João Paulo Viana	GGRP/DCBIO/SBF/MMA	(61) 4009-9592	João-paulo.viana@mma.gov.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
Kleber R. Alves	DIPRO/IBAMA	(61) 316-1334	kleber.alves@ibama.gov.br
Luiz Carlos Zawadzki	MDIC/SECEX/DECEX	(61) 2109-7582	luiz.zawadzki@desenvolvimento.gov.br
Maria Conceição Alves Correia	CPP	(85) 3238-8392	angelainealves@bol.com.br
Max Magalhães Stern	CONEPE/Bahia Pesca	(71) 3235-6838	max.stern@ig.com.br
Paulo de Tarso Gonçalves	SINDIFRIO/CE	(85) 3926-1867	paulo.compex@veloxmail.com.br
Raimundo Bonfim Braga	GEREX-CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
Raimundo Felix Rocha	MONAPE	(85) 3263-4914	monape@amazon.com.br
Raimundo Reinaldo Carvalho da Silva	SINDIPESCA	(91) 227-4025	nangara@ig.com.br
René Schaefer	Instituto TERRAMAR	(85) 3226-2476 / 4154	fishnet@uol.com.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	romulo.mello@ibama.gov.br
Sílvia Helena Bulzani Lucato	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	silvia.lucato@ibama.gov.br
Simão Marrul Filho	DCBIO/SBF/MMA	(61) 4009-9592	simao.filho@mma.gov.br
Ugo Eichler Vercillo	COPES/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1231	ugo.vercillo@ibama.gov.br

V – ANTECEDENTES:

A presente Reunião Extraordinária foi convocada pelo Coordenador do CGSL para avaliar as ações que visam viabilizar o uso de petrechos permitidos na captura de lagostas e discussão sobre os petrechos que permitam a redução do esforço de pesca e a sustentabilidade da pesca desse recurso, dentre os quais a rede de caçoeira, que, atualmente, está com a sua utilização proibida.



ATA DA REUNIÃO

1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

VI – SÍNTESE DAS DISCUSSÕES:

O Sr. Rômulo Mello, Coordenador do Comitê, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e a necessidade da busca por um consenso do grupo e que as decisões aqui tomadas sejam ratificadas por todos os membros. E lembrou da responsabilidade de todos na gestão e manutenção do recurso lagosta.

ITEM 02 – Aprovação da Agenda

O Sr. José Dias Neto, Coordenador Substituto do Comitê, apresentou a agenda e as sugestões de adequações propostas foram deferidas, conforme disposto no anexo I.

Aproveitando a ocasião destacou os artigos do Regimento Interno que estabelecem as condições de participação e voto dos membros e convidados.

ITEM 03 – Relato sobre os trabalhos do GT para avaliar as ações que visam a efetivação do uso de petrechos permitidos para captura de lagosta e Reunião sobre fiscalização da Lagosta.

Os trabalhos do GT foram repassados com destaque para os pontos apresentados na Ajuda Memória da reunião do grupo, realizada, em Brasília, no dia 28/03/05, a saber:

- Necessidade de complementar as informações sobre os estados do Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte,
- A justificativa da necessidade de crédito não é um argumento fundamental para a substituição do petrecho em função de haver o financiamento por parte do setor, muitos pescadores estarem inadimplentes para receber o financiamento, e não existir o fiador do pescador.
- As ações para viabilizar o acesso ao crédito começaram tardiamente, acarretando prejuízos ao processo.

O Sr. Francisco Machado, da SEAP/PR, apresentou informações sobre o trabalho da SEAP/PR junto aos órgãos financiadores (BNB e BB) para desobstruir os canais de crédito visando a substituição de petrechos, que corroboraram com os itens destacados pelo Sr. José Dias Neto e complementou dizendo que a busca pelo financiamento é pequena mostrando falta de interesse do setor.

O Sr. Kleber, representante da DIPRO, apresentou um relato sobre a reunião ocorrida no Ceará destacando a discussão e elaboração do Plano de Fiscalização da Lagosta, que será apresentado na próxima reunião do CGSL. O Sr. Raimundo Braga, IBAMA/CE, complementou destacando a importância do trabalho, com a participação de todas as gerências executivas do IBAMA e informou que mesmo sem o plano de fiscalização estar consolidado, existe uma grande operação no Ceará com o uso de uma embarcação e um helicóptero de apoio.

ITEM 04 – Discussões sobre as avaliações apresentadas

O Sr. José Dias Neto abriu a palavra para a plenária sendo colocados em pauta os seguintes tópicos:

- Financiamento de petrechos para a frota não - permissionada: o crédito de lagosta deve ser exclusivamente para quem tem permissão de captura de lagosta. Em 1976 foi identificado que o recurso não tinha capacidade de suporte para um aumento do esforço, desde então, não são concedidas mais permissões para a pesca da lagosta.

- Recursos da SEAP-PR para a fiscalização: está sendo levantado o montante repassado pela SEAP-PR para verificar sua aplicação na fiscalização, mas que, além disso, está sendo apurado quanto é aplicado efetivamente na fiscalização da pesca e quanto seria necessário para atender efetivamente às demandas. E, além disso, estão sendo avaliadas, por parte do IBAMA e da SEAP-PR, estratégias para o repasse direto do recurso para facilitar a aplicação direta na fiscalização, como por exemplo a aquisição de equipamentos diretamente pela SEAP-PR.

- Fiscalização da entrada da lagosta nos EUA com o apoio do NOAA: já está em discussão entre o IBAMA e o Itamaraty as estratégias para realizar esse contato com o governo americano.



ATA DA REUNIÃO

1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

- Estratégias para inspecionar petrechos de pesca no cais: a ação de verificar os petrechos antes da saída do barco não tem respaldo legal, uma vez que o porte não é proibido, apenas o uso, conforme estabelecido pelo Decreto-lei n.º 221/67.

- Prazo para conclusão do Plano de Fiscalização da Lagosta: O Plano ficará pronto em abril, antes da reunião do Comitê, prevista para agosto/2005, mas será repassado aos membros um extrato das principais ações do plano, o mais rápido possível. Entretanto a consolidação do plano não é fator determinante para as ações de fiscalização que já estão ocorrendo.

Cabe destacar que o Sr. Paulo de Tarso, SINDIFRIO/CONEPE, denunciou que em 2004 140 embarcações não permissionadas começaram a operar de Camocim à Acaraú.

O item foi encerrado com a explanação do Sr. Simão Marrul Filho ressaltando que a falta de crédito não é o obstáculo para substituir os petrechos de pesca, pois o próprio sistema sempre se financiou.

ITEM 05 – Discussão e construção de cenários sobre uso de petrechos que permitam a redução do esforço e a sustentabilidade da pesca de lagostas

A discussão do tópico foi iniciada com um relato do Sr. José Dias Neto sobre o movimento da frente parlamentar de pesca, no qual uma comissão de parlamentares (senadores, deputados e prefeitos) entregou ao Presidente do IBAMA um abaixo assinado (de pescadores do RN e CE) solicitando postergar por mais um ano a pesca da lagosta com rede de caçoeira e a elaboração de um plano de sustentabilidade econômica e social. Conforme deliberação do Presidente do IBAMA esse assunto deveria ser tratado no âmbito do CGSL.

Ainda, complementou informando sobre alguns documentos encaminhados ao IBAMA/MMA pelo Sindicato das Indústrias de Pesca do Pará e Amapá, Associação de Pescadores de Fortaleza e 5 entidades do Pará/Amapá que solicitaram a manutenção da proibição da rede de caçoeira e informaram que já estão investindo na confecção de manzuás.

Com base nisso, cada uma das entidades presentes apresentou uma avaliação da questão e a sua posição, como segue:

- Eloy de Sousa, do CONEPE/Armadores: questionou o documento dos armadores de Fortaleza, pois o CONEPE é quem os representa em nível nacional, solicitando que o órgão governamental deveria considerar a posição da representação nacional, não considerando o documento. O Sr. José Dias, Coordenador Substituto do CGSL, colocou que o IBAMA não vai recusar nenhum documento de qualquer entidade, por entender que é obrigação do governo recebê-los. O Sr. Eloy disse que, apesar de sempre ter sido contra a rede de caçoeira acredita que não há como abrir a temporada de pesca de lagostas com a proibição da rede, **desta forma se posicionou pela continuidade do uso da caçoeira.**
- Elisa Bezerra, do CONEPE/Indústria: Apesar de ser contra a caçoeira, o CONEPE é da opinião de que a **caçoeira deve continuar**, conforme documento entregue durante a reunião. E pediu para ser registrado de que em setembro de 2004 teria solicitado que fosse feita uma correspondência à indústria para não produzir a malha da rede de caçoeira.
- Reinaldo Carvalho do SINDIPESCA/PA: as ações do SINDIPESCA serão no sentido de fortalecer esse fórum. A pesca de lagostas no Estado do Pará, é feita por pessoas do nordeste que migraram para pescar em Bragança e Augusto Corrêa. **É contra a continuidade da rede de caçoeira** por que esse petrecho além de acabar com a lagosta do Pará afeta diretamente à pesca do Pargo que é a principal pescaria para o Estado.
- Edvaldo Lopes do SINPPA/PA: **Contra a continuidade da rede de caçoeira.**
- Abraão Lincoln da CNP – Federação dos Pescadores do RN: comunicou que seria a favor da proibição no país inteiro, caso contrário é a favor da liberação. A licença de pesca é nacional não tem litoral do RN ou do Amapá é do Brasil. Ressaltou que a luta é contra a proibição da rede de caçoeira e que ninguém conseguirá tirar a caçoeira. O setor não corrobora com a retirada da caçoeira em 2005 por que esta retirada estava condicionada ao crédito que a SEAP/PR disponibilizaria. Se for ter que usar o manzuá tem que ter um plano para a retirada do marmeleiro. Colocou que o processo é complexo e se



ATA DA REUNIÃO

1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

posicionou pela continuidade do uso da caçoeira ressaltando que: **HOJE NÃO TEM GOVERNO NENHUM QUE FAÇA O PESCADOR PISCAR SEM CAÇOEIRA NO DIA 01/05/2005.**

- René do TERRAMAR: **Contra a continuidade da rede de caçoeira.** Apresentou o texto de um documento de 1996, contra a caçoeira. Ainda, informou que foi aprovada uma lei nos EUA que exigirá a marcação de origem do pescado, ou seja a lagosta brasileira será identificada permitindo que o consumidor opte conforme a origem do produto.
- Maria Conceição Alves Correia da CPP: **Contra a continuidade da rede de caçoeira.** Afirma que se a caçoeira continuar nunca mais vai sair e que todos devem assumir o ônus e tomar uma decisão, não existem alternativas.
- Raimundo Félix do MONAPE: **Contra a continuidade da rede de caçoeira.** Rebateu a acusação do Sr. Eloy afirmando que os manzuás são de 2004.
- SEAP/PR: a posição da SEAP/PR é pelo uso sustentável do uso dos recursos pesqueiros e como estava acordado que em 2005 haveria a proibição do uso da rede de caçoeira, a **posição da Secretaria continua sendo contra a continuidade da caçoeira.**
- Simão Marrul do MMA: fez um relato histórico da discussão sobre a caçoeira. Reiterou que **o MMA é contra a continuidade da rede de caçoeira** e que o crédito não é justificativa. E chama a atenção sobre a credibilidade dos membros do Comitê e do processo, e uma vez que a gestão compartilhada para o estabelecimento de acordos sociais não é cumprida, o Estado deve atuar em nome das futuras gerações. Apesar dos órgãos governamentais serem contra a permissão do uso da rede de caçoeira, as representações da sociedade civil apresentaram posição divergente sendo sugerido um intervalo para discussão entre os participantes para estabelecer a posição final.

Com a retomada da reunião foi informado pelo Representante do CONEPE/Armadores que não houve consenso no setor com as seguintes posições finais:

CNP: a favor da manutenção do uso da rede de caçoeira.
SINPPA: contra a manutenção do uso da rede de caçoeira.
CONEPE/Indústria: a favor da manutenção do uso da rede de caçoeira.
CONEPE/Armadores: a favor da manutenção do uso da rede de caçoeira.
CPP: contra a manutenção do uso da rede de caçoeira.
SINDIPESCA: contra a manutenção do uso da caçoeira.
MONAPE: abstenção.
Instituto TERRAMAR: contra a manutenção do uso da rede de caçoeira.

Foi adotado o procedimento disposto no § 1º art. 12 do Regimento Interno do CGSL, na impossibilidade de consenso foram anotados o posicionamento dominante e as dissidências constatadas para serem encaminhadas às instâncias governamentais deliberativas, a Ministra do Meio Ambiente e o Secretário de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

ITEM 06 – Discussão de outras medidas

Para finalizar a reunião foi aberta a palavra à plenária. O senhor Reinaldo Carvalho solicitou a representação do SINDIPESCA no Subcomitê de Cumprimento, e a correção da sua área de atuação no subcomitê científico: Hidrologia, Sócio-Economia e Legislação Ambiental.

O Sr. Francisco Machado ressaltou que o governo vem se empenhando em fazer a gestão compartilhada, buscando a efetiva representatividade de todos os atores, esse processo está em construção, e não podemos comprometer o processo em função de ações contrárias.

O representante do Instituto TERRAMAR destacou que todas as entidades presentes deverão atuar para que o que foi acordado e decidido no âmbito do CGSL seja cumprido, independente de sua posição e que o governo deverá planejar ações para garantir a adoção dessas medidas para não desmoralizar todo o processo.



ATA DA REUNIÃO

1ª Reunião *Extraordinária* do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

O Sr. Simão Marrul Filho destacou que a responsabilidade de representação num ente público não permite qualquer tipo de incitação à desobediência civil. Todos têm o DEVER de acatar o que será decidido. O Estado brasileiro não admitirá a incitação à desobediência civil.

Por fim o representante da CNP, Abraão, afirmou que seu papel é trazer para o Comitê o que as bases decidem. E ressalta que a questão eminente a ser tratada pelo CGSL é o uso indiscriminado do compressor, uma prática ilegal com graves riscos à vida dos pescadores, sendo que essa prática foi inclusive defendida pelo Globo Repórter.

Encerrando a discussão o Sr. José Dias Neto, Coordenador Substituto do CGSL, explicou que o governo não é conivente à praticas ilegais e quanto ao programa exibido pelo Globo Repórter já estão sendo tomadas as devidas providências, inclusive por que não foi apenas o uso de compressor para a pesca de lagosta a única prática ilegal retratada no programa.

V – DELIBERAÇÕES FINAIS:

O Sr. José Dias Neto, na qualidade de Coordenador Substituto do Comitê, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião ressaltando a importância da gestão compartilhada dividindo entre todos os atores a responsabilidade na gestão do uso sustentável do recurso lagosta.

Em tempo o Sr. Reinaldo Carvalho sugeriu convidar a Deputada Suzana Lobão, da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia do estado do Pará, para participar da próxima reunião do CGSL. O Sr. José Dias acatou a sugestão, mas solicitou que fosse encaminhado formalmente, com os dados da deputada para que fosse realizado o convite.